

PARECER JURÍDICO Nº 82/2026

Recebido em 09/02/26
às 11:01 h.
Rafaela Soares

EMENTA: Direito Administrativo. Licitação. Processo Licitatório nº 010/2026. Pregão Eletrônico nº 004/2026. Sistema de Registro de Preços. Fornecimento de materiais destinados a procedimentos médicos e hospitalares. Critério de julgamento: menor preço por item. Lei nº 14.133/2021. Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. Adequação da modalidade e do critério de julgamento. Ausência de minuta contratual. Regularidade. Ata de Registro de Preços. Possibilidade. Legalidade da abertura do certame. Prosseguimento.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 055/2026**, na qual solicita parecer jurídico quanto à análise de **abertura de processo licitatório nº 010/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, destinado à aquisição futura e eventual de materiais médicos e hospitalares, visando atender às demandas dos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde de Cataguases/MG.

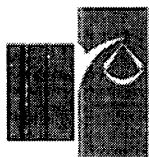
Instrui o feito Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, minuta do edital e anexos, tendo como fundamento legal a Lei nº 14.133/2021, a legislação municipal correlata e normas complementares aplicáveis.

É o relatório. Passa-se à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

À guisa de introdução, preleciona a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, que impõe aos órgãos públicos, em razão de sua incumbência de bem gerenciar o erário, que realizem licitações para contratações de obras, aquisições, prestações de serviços e alienações a particulares, *in verbis*:

A.t. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do



**Procuradoria
Geral do Município**



CATAGUASES
P R E F E I T U R A

Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao, seguinte:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Compete ao Município assegurar a prestação contínua e eficiente dos serviços públicos de saúde, nos termos do art. 196 da Constituição Federal. A aquisição de materiais médicos e hospitalares constitui medida essencial para garantir a regularidade dos atendimentos realizados nas unidades de saúde municipais.

Da interpretação da Lei nº 14.133/2021, infere-se que o procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

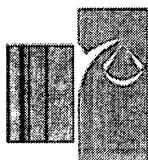
De acordo com o artigo 17 da nova legislação, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) de divulgação do edital de licitação; (III) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) de julgamento; (V) de habilitação; (VI) recursal; (VII) de homologação.

Para o devido controle prévio da legalidade, define o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, que assim dispõe:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;



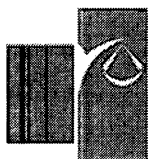


- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

A seguir, passa-se a análise dos documentos principais:

2.1 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A utilização do Sistema de Registro de Preços está devidamente justificada, atendendo ao disposto no artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que trata-se de contratação de natureza frequente e continuada, não há obrigatoriedade de contratação imediata ou integral dos quantitativos estimados confere maior flexibilidade à Administração e racionalização dos recursos públicos.



Ressalta-se que o valor estimado possui caráter meramente referencial, não implicando compromisso de contratação total, o que se harmoniza com a lógica do Sistema de Registro de Preços.

Ademais, a ausência de minuta de contrato nesta fase não configura irregularidade, sendo suficiente a previsão da minuta da Ata de Registro de Preços, que regerá as condições do futuro fornecimento, ficando a contratação condicionada à dotação orçamentária e à necessidade administrativa superveniente.

2.2 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O Estudo Técnico Preliminar demonstra a necessidade da contratação, em atendimento ao disposto nos artigos 18 e 20 da Lei nº 14.133/2021, evidenciando que a aquisição de materiais destinados a procedimentos médicos e hospitalares é indispensável para a manutenção das ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

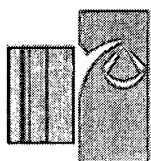
Trata-se de insumos essenciais à prestação de serviço público de natureza continuada, cuja interrupção pode comprometer o atendimento à população, em afronta ao princípio da continuidade do serviço público. Registra-se, ainda, a ocorrência de itens desertos e/ou fracassados em procedimento licitatório anterior, circunstância que reforça a necessidade de nova deflagração do certame.

2.3 TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência que instrui o presente procedimento foi elaborado em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, e art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, contendo a definição precisa do objeto, a justificativa da contratação, as especificações técnicas dos materiais, os quantitativos estimados, as condições de fornecimento, os critérios de aceitação, bem como as obrigações da futura contratada e da Administração.

Verifica-se que o Termo de Referência guarda compatibilidade com o Estudo Técnico Preliminar, estando adequadamente alinhado à solução escolhida pela Administração, sem impor exigências excessivas ou restritivas à competitividade, em observância aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo.

As especificações constantes do documento mostram-se suficientes para permitir a formulação de propostas claras e comparáveis, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.



Dessa forma, constata-se que o Termo de Referência atende aos requisitos legais e técnicos exigidos, encontrando-se apto a subsidiar a deflagração do certame.

2.4 MINUTA DO EDITAL

Os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e em observância ao que preceitua o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021. Após análise do termo apresentado, constatou-se que a minuta do edital foi elaborada em consonância com os ditames legais, destacando, em síntese, a clareza e objetividade do objeto da licitação, dotação orçamentária, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas, julgamento de recursos e adjudicação e homologação do certame.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico revela-se adequada, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital.

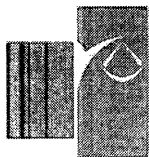
O critério de julgamento adotado -- menor preço por item -- encontra amparo no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se compatível com a natureza divisível do objeto e apto a ampliar a competitividade, além de favorecer a economicidade.

Constam, ainda, disposições relativas à proteção de dados pessoais, em observância à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e à prevenção de práticas ilícitas, em consonância com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), reforçando o compromisso da Administração com a legalidade e a governança.

Dessa forma, não se identificam vícios capazes de comprometer a regularidade do procedimento licitatório.

Ressalte-se que a presente manifestação limita-se à análise da legalidade formal do procedimento e de seus instrumentos, não abrangendo aspectos de conveniência e oportunidade administrativa, definição de quantitativos, avaliação de preços ou escolhas técnicas, os quais são de responsabilidade dos setores demandantes e da autoridade competente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS



**Procuradoria
Geral do Município**



CATAGUASES
P R E F E I T U R A

Ex positis, ao abrigo de tais razões, **OPINO** pela possibilidade jurídica de abertura do processo licitatório, desde que cumpridos os pontos recomendados acima.

Por derradeiro, cabe destacar que a manifestação aqui apresentada é de natureza opinativa e, portanto, não é vinculante para os gestores públicos, os quais poderão, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da ora exposta.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 06 (seis) de fevereiro de 2026.

MARIA OLÍVIA MATTOS CALAIS
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 194.377

Patrícia de Sousa Rezende Navarro de Moraes
PATRÍCIA DE S. R. NAVARRO DE MORAES
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 155.599